

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 8 de maio de 2024 • Nº 1798 • R\$ 1,00

www.diariooacionista.com.br

SÃO PAULO

TJSP garante privatização da Sabesp

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Fernando Antonio Torres Garcia, acolheu o recurso apresentado pela Câmara dos Vereadores de SP e derrubou ontem a

liminar que suspendia o resultado da votação da privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Na sexta-feira passada, a 4ª Vara de Fazen-

da Pública havia suspenso o resultado da votação do projeto de lei que autorizou a privatização da Sabesp, responsável pelo abastecimento de água da cidade. **PÁGINA 3**

FAKE NEWS

Secom pede investigação de Eduardo e Pablo Marçal

O ministro Paulo Pimenta (Secom) listou postagens em redes sociais do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), do senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG) e do coach Pablo Marçal em um pedido de investigação sobre fake news relacionadas às enchentes e seus efeitos no Rio Grande do Sul. A lista está em um ofício destinado ao ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, divulgado por Pimenta. "Recentemente a Secretaria de Comunicação Social foi informada sobre a existência de narrativas desinformativas e criminosas vinculadas às enchentes e desastres ambientais ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul. Este ofício tem por propósito destacar esses acontecimentos, sua relevância e impacto no aprofundamento da crise social vivida pela população", escreveu o ministro, que é gaúcho. "Destaco com preocupação o impacto dessas narrativas na credibilidade das instituições como o Exército, FAB, PRF e Ministérios, que são cruciais na resposta a emergências. **PÁGINA 5**

EMPRESAS

Lula quer contrapartida para negociar desoneração da folha



RAFA NEDDERMEYER

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) disse nesta terça-feira que quer negociar com empresários a desoneração da folha de pagamento. A declaração foi feita em entrevista a emissoras de rádio durante o programa *Bom Dia, Presidente*, produzido pela *Empresa Brasil de Comunicação (EBC)*. "O empresário quer reduzir o que ele paga. Ele vai transformar isso em empregos novos? Ele vai transformar isso em aumento do salário?

Ele vai transformar isso em estabilidade? Desoneração, do jeito que eles querem, é só para aumentar o lucro. É isso o que eles querem. Nós queremos que tenha contrapartida." Segundo Lula, o governo decidiu pedir a suspensão da desoneração da folha ao Supremo Tribunal Federal (STF) no intuito de chamar os empresários dos setores envolvidos para sentar à mesa e negociar: "que cada empresário diga o que vai fazer". **PÁGINA 2**

PÃO DE AÇÚCAR

GPA registra prejuízo de R\$ 660 mi no 1º trimestre

PÁGINA 3

ASSASSINO

STJ mantém na cadeia playboy do Porsche

PÁGINA 4

CORTE ELEITORAL

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



Cármem Lúcia é eleita presidente do Tribunal Superior Eleitoral

A ministra Cármem Lúcia (foto) foi eleita ontem para o cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no biênio 2024-2026. O ministro Nunes Marques ficará com a vice-presidência do tribunal. A posse será no início do próximo mês. A eleição é uma formalidade de praxe que é feita pelo TSE. O cargo de presidente é ocupado de forma rotativa entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que atuam no tribunal. Dessa forma, Cármem Lúcia, que já ocupa a função de vice-presidente, é a próxima a assumir o comando do tribunal. Em um breve discurso, a ministra disse que vai trabalhar para que a Justiça Eleitoral continue a atuar em benefício da democracia brasileira. **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA: 0,58% / 129.210,48 / 744,79 / Volume: R\$ 23.446.700.337 / Negócios: 3.508.243				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,31% (abr.)	EURO turismo	Compra: 5,5180	Venda: 5,6980		
Maiores Altas			Maiores Baixas			Mais Negociadas			Fechamento		%			
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	38.884,26	+0,08	NASDAQ Composite	16.332,555	-0,10
PETZ ON ED NM	5,15	+1,58	+0,08	BRASKEM PNA N1	20,05	+1,78	+0,35	PETROBRAS PN EDR N2	40,65	+1,22%	+0,49	CAC 40	8,075,68	+0,99
P.AÇUCAR-CBDON NM	3,40	-2,30	-0,08	MARFRIG ON NM	9,39	+3,30	+0,30	VALE ON NM	64,58	+0,62	+0,40	FTSE 100	8,313,67	+1,22
SLC AGRICOLAON ED NM	18,70	+0,59	+0,11	MINERVA ON NM	6,02	+0,17	+0,01	PETRORIO ON NM	47,17	-0,04	-0,02	DAX	18,430,05	+1,42
BBSEGURIDADEON NM	32,80	-1,38	-0,46	DEXCO ON NM	7,49	-0,79	-0,06	ITAUUNIBANCOPN EJ N1	33,07	+2,07	+0,67	Ftse Mib	34,242,49	+0,75
YDUQS PART ON ED NM	16,29	-0,37	-0,06	IRBRASIL REON NM	39,22	-8,77	-3,77	B3 ON NM	11,58	+0,61	+0,07			

Ufir	R\$ 4,3329
Taxa Selic (20/03)	10,75%
TR (07/05)	0,0486%
Poupança 3 (07/05)	0,5488%

IPCA 15 (20/03)	10,65%
OURO	R\$ 378,90
BM&F/grama	R\$ 378,90
EURO Comercial	Compra: 5,4497
	Venda: 5,4503

DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,0610	+0,23%
DÓLAR comercial	Compra: 5,0666	Venda: 5,0672
DÓLAR turismo	Compra: 5,1020	Venda: 5,2820

MERCADOS



Com Petrobras, Vale e Itaú, Bolsa sobe 0,58%, aos 129,2 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Após ter fechado a sessão anterior pouco abaixo da estabilidade, em meio a preocupações sobre a situação fiscal doméstica, o A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) retomou a trajetória positiva ontem, na véspera da decisão do Copom sobre a Selic. O Índice Bovespa (Ibovespa) andou à frente das referências de Nova York na sessão, e fechou em alta de 0,58%, a 129.210,48 pontos, entre mínima de 128.463,56 e máxima de 129.745,03 ontem em que saiu de abertura aos 128.465,69 pontos. O giro financeiro foi a R\$ 23,4 bilhões.

Na semana, o Ibovespa avança 0,55% e, no mês, ganha 2,61%, limitando as perdas do ano a 3,71%. O Ibovespa fechou ontem no maior nível desde 9 de abril, então perto dos 129,9 mil pontos.

Na Bolsa, Petrobras ON e PN avançaram ontem 2,42% e 1,22%, nas respectivas máximas do dia no fechamento,

enquanto Vale ON mostrou ganho de 0,62% na sessão, mesmo sem a contribuição dos preços do petróleo e do minério de ferro, em baixa ontem.

Dessa forma, entre os grandes bancos, destaque ontem para Itaú PN, em alta de 2,07%, em dia negativo para Santander (Unit -0,34%) e Banco do Brasil (ON -0,32%, na mínima do dia no fechamento). Na ponta ganhadora do Ibovespa, Vamos (+13,05%), Rede D'Or (+9,33%) e Hapvida (+4,12%). No lado oposto, Suzano (-12,27%), IRB (-8,77%) e TIM (-6,2%).

DÓLAR

Com trocas de sinal ao longo do pregão, o dólar à vista encerrou a sessão de ontem, em queda de 0,13%, a R\$ 5,0673. Como na segunda-feira passada, as oscilações foram modestas, com variação de pouco menos de quatro centavos entre a mínima (R\$ 5,0494) e a máxima (R\$ 5,0842).

RIO GRANDE DO SUL

Conselho suspende por 30 dias regime de recuperação fiscal

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

Em plano de recuperação fiscal desde 2022, o Rio Grande do Sul deixará de cumprir as exigências do plano por 30 dias, decidiu nesta terça-feira o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do estado. Segundo o Ministério da Fazenda, a decisão poderá ser prorrogada, caso seja necessário.

A decisão foi tomada por unanimidade, por causa do estado de calamidade pública decretado em 336 municípios. Fechado em junho de 2022, o acordo do regime de recuperação fiscal impôs uma série de condições para que o estado refinanciasse a dívida com a União em troca de medidas de ajuste fiscal, como reformas para reduzir os gastos locais e desestatizações.

Antes de as enchentes atingirem o estado, o governador Eduardo Leite estava renegociando o regime de recuperação fiscal com o Ministério da Fazenda. Além da suspensão do plano de recuperação, o governo federal pretende interromper, ainda nesta semana, o pagamento das dívidas do governo gaúcho com a União até o fim do

ano. Mais cedo, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que conversou sobre o assunto com o ministro Fernando Haddad.

"É uma dívida que chega em torno de R\$ 92 bilhões. É uma dívida impagável (...) Nós não pagaremos um centavo nesse período (até dezembro), por decisão e grandeza do presidente Lula e grandeza do Brasil, que entendeu que não tem como nós pagarmos um percentual de juros e correção de uma dívida de R\$ 92 bilhões com o povo morrendo", declarou Paim.

PROCURADORIA

Também nesta terça-feira, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) suspendeu, por 90 dias, a cobrança de dívidas e de ações executivas para os devedores residentes nos municípios atingidos. O vencimento das dívidas em abril, maio e junho foi postergado para julho, agosto e setembro.

A medida é semelhante à suspensão da cobrança de dívidas pelo Banco Central. A autarquia deixará de incluir na dívida ativa ou emitir certidões de protesto para pessoas físicas residentes e empresas com sede no estado.

FOLHA

Lula quer contrapartida para negociar desoneração

PAULA LABOISSIÈRE E PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta terça-feira que quer negociar com empresários a desoneração da folha de pagamento. A declaração foi feita em entrevista a emissoras de rádio durante o programa

Bom Dia, Presidente, produzido pela *Empresa Brasil de Comunicação (EBC)*.

"O empresário quer reduzir o que ele paga. Ele vai transformar isso em empregos novos? Ele vai transformar isso em aumento do salário? Ele vai transformar isso em estabilidade? Desoneração, do jeito que eles querem, é só para aumentar o

lucro. É isso o que eles querem. Nós queremos que tenha contrapartida."

Segundo Lula, o governo decidiu pedir a suspensão da desoneração da folha ao Supremo Tribunal Federal (STF) no intuito de chamar os empresários dos setores envolvidos para sentar à mesa e negociar: "que cada empresário di-

ga o que vai fazer".

"Esse negócio de dizer que é para manter emprego, ninguém garante que mantém emprego. Qual é o contrato que diz que ele vai garantir emprego? Quem é que diz que, na primeira crise, ele não manda gente embora? Não tem nada escrito. O que nós queremos é apenas seriedade dos empresários."

CÂMARA

MP que parcela pagamento de compensação tributária é aprovada

IANDER PORCELLA E VICTOR OHANA/AE

A Câmara aprovou ontem, de forma simbólica, a Medida Provisória (MP) que parcela o pagamento das compensações de créditos tributários acima de R\$ 10 milhões obtidos na Justiça pelas empresas. O texto, que já foi aprovado em comissão mista formada por deputados e senadores, segue agora para análise do Senado.

As empresas solicitam compensações tributárias judiciais quando vencem o governo federal em processos que tramitam na Justiça. Funciona como uma espécie de encontro de contas:

as companhias ganham o direito de usar os tributos pagos indevidamente, segundo decisão do juiz, como "crédito" para abater de impostos que ainda têm a pagar ao Fisco. No fim de 2023, porém, o governo mudou essa legislação por meio da MP.

O texto elaborado pela equipe econômica, e mantido pelo relator, o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), prevê um parcelamento para empresas compensarem créditos tributários junto ao Fisco, no caso de montantes a partir de R\$ 10 milhões. A Fazenda defende que essa norma traz previsibilidade ao orçamento público

De acordo com o secretário

da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, de um universo de compensações tributárias que gira em torno de R\$ 70 bilhões, metade - R\$ 35 bilhões - é afetado pela nova regra do Fisco. Dentro desse grupo, 87% das 495 empresas impactadas conseguirão abater o valor no menor prazo, de 12 meses - aplica-se a quem tem créditos entre R\$ 10 milhões a R\$ 100 milhões.

O entendimento do relator foi de que o universo amplo de contribuintes que continuarão pagando compensar seus créditos à vista ou num prazo de doze meses dá força para os valores propostos pela equipe econômica.

"A compensação tributária

entrará no orçamento, tal como precatório. Eu tenho convicção que o parcelamento veio para ficar. Ele garante a correção e a segurança jurídica", disse Pereira Jr, quando o texto foi aprovado na comissão mista.

Quando foi editada pelo governo, a MP também previa o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e de alguns municípios, além do encerramento do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Essas medidas, contudo, enfrentaram grande resistência do Congresso e, diante disso, foram retiradas pela MP e passaram a tramitar em projetos de lei separados.

BALANÇO

Carrefour tem lucro líquido de R\$ 39 milhões no primeiro trimestre

TALITA NASCIMENTO/AE

O Carrefour reportou lucro líquido de R\$ 39 milhões, que reverte prejuízo de R\$ 113 milhões de um ano antes. No conceito ajustado, o lucro foi de R\$ 52 milhões e reverteu prejuízo de R\$ 375 milhões. O Ebitda ajustado, por sua vez, foi de R\$ 1,418 bilhão, alta de 36,6%. Já a receita líquida foi de 24,8 bilhões, com alta de 1,8%.

O lucro bruto da companhia foi de R\$ 5,047 bilhões, alta de 5,1% na comparação anual, com margem bruta de 20,3%, alta de 0,6 ponto porcentual. A companhia apresentou melhora de margem bruta em todos os nossos negócios, exceto o varejo, no qual experimenta uma nova dinâmica de preços e viu a margem bruta cair 0,7 ponto porcentual.

As despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 3,6 bilhões, uma queda de 3,7%. Segundo a companhia, esse foi o resultado de iniciativas de redução de custos e captura de sinergias com a integração do Grupo BIG. As despesas SG&A representaram 14,7% das vendas líquidas, 85 pontos base a menos do que um ano atrás.

O CEO do Grupo, Stephane Maquaire afirmou que a companhia deve seguir apresentando alta de vendas, visto que a inflação alimentar voltou ao campo positivo. Em sua visão, isso deve trazer altas sequenciais nas vendas em mesmas lojas do Atacadão. No total, as vendas dessa divisão de negócios tiveram alta de 6,6%, com mesmas lojas crescendo 1,8% e mais 4,5% de crescimento vindo da expansão.

O negócio de varejo, porém, está em outro momento. As vendas totalizaram R\$ 6,9 bilhões, com queda de 10,7%. No período houve redução de 24% na área de vendas, já que 25 lojas foram convertidas em Atacadão e 140 lojas foram fechadas nos últimos 12 meses. Em mesmas lojas, houve queda de 1,5%. Apesar da queda, a empresa afirma que houve evolução ao longo do trimestre e está firme nos testes de preços mais competitivos e próximos aos de atacarejo.

"Estamos seguindo a tendência de um consumidor mais endividado", diz Maquaire. A gestão explicou, em conversa com jornalistas, que têm cuidado da redução de custos para um melhor equilíbrio desse modelo, mas que deve seguir com mais serviços e unidades de produtos nas lojas do

Carrefour, mesmo com preços mais baixos

As vendas no Sams Club chegaram a R\$ 1,6 bilhão, com alta de 21,5% ante o mesmo período de 2023. Em mesmas lojas, a alta foi de 6,9%. Para a gestão, esse segue um ponto de destaque nos resultados.

Já o faturamento do Banco Carrefour totalizou R\$ 15,9 bilhões, com alta de 15,6%, puxado pelo crescimento de 20,1% no faturamento do cartão de crédito Atacadão e de 8,4% no faturamento do cartão de crédito Carrefour.

A carteira de crédito total atingiu R\$ 25 bilhões, um crescimento de 22,3%. Na inadimplência, o índice acima de 90 dias caiu 130 pontos base na comparação anual e 30 pontos base na comparação com o trimestre anterior.

DIEESE

Custo da cesta básica sobe em 10 capitais brasileiras no mês de abril

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Em abril, o custo da cesta básica subiu em 10 das 17 capitais brasileiras analisadas pela Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada mensalmente pelo Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos

Socioeconômicos (Dieese).

Entre março e abril, as maiores elevações na cesta básica foram registradas nas capitais nordestinas. A que apresentou a maior alta no período foi Fortaleza, com aumento de 7,76%, seguida por João Pessoa (5,40%), Aracaju (4,84%), Natal (4,44%), Recife

(4,24%) e Salvador (3,22%). Já as maiores quedas ocorreram em Brasília (-2,66%), Rio de Janeiro (-1,37%) e Florianópolis (-1,22%).

A cesta mais cara do país foi observada em São Paulo, onde o conjunto dos alimentos básicos custava, em média, R\$ 822,24, seguida pela do Rio de Janeiro

(R\$ 801,15).

Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R\$ 582,11), João Pessoa (R\$ 614,75) e Recife (R\$ 617,28).

Com base no custo da cesta mais cara do país - a de São Paulo - e, levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário-mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação.

Diário do
Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

SÃO PAULO

TJSP suspende liminar e mantém 'entrega' da Sabesp

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Fernando Antonio Torres Garcia, acolheu o recurso apresentado pela Câmara dos Vereadores de São Paulo e derrubou ontem a liminar que suspendia o resultado da votação da privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Na sexta-feira passada, a 4ª Vara de Fazenda Pública havia

suspendido o resultado da votação do projeto de lei que autorizou a privatização da Sabesp, responsável pelo abastecimento de água da cidade. O projeto recebeu 37 votos favoráveis e 17 contrários, e foi sancionado pelo prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes.

Para a juíza Celina Kiyomi Toyoshima, que concedeu a liminar, houve irregularidades na votação. No seu entendimento, a segunda e última votação do projeto só poderia ter ocorrido

"após a realização de todas as audiências públicas, bem como estudos necessários".

O presidente do Tribunal de Justiça, no entanto, considerou, na decisão suspendendo a liminar, que há uma jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) que impede o controle, via Judiciário, da tramitação de projetos de lei. A suspensão da liminar está mantida até que a tramitação do processo seja concluída.

Com essa decisão, permane-

cem válidas tanto a aprovação do projeto de lei quanto a sanção do prefeito Ricardo Nunes.

Por meio de nota, o presidente da Câmara dos Vereadores, Milton Leite, reafirmou que a câmara havia seguido todos os ritos legais para a aprovação do projeto. "A Câmara seguiu todo o rito legal na aprovação do projeto, fez as audiências públicas, apresentou os estudos necessários e o plenário foi soberano na aprovação do PL, que já é uma lei sancionada", disse Leite.

BALANÇO

GPA tem prejuízo líquido de R\$ 660 milhões no 1º trimestre

TALITA NASCIMENTO/AE

O Grupo Pão de Açúcar (GPA) reportou prejuízo líquido consolidado aos controladores de R\$ 660 milhões no primeiro trimestre de 2024, uma piora de 166,5% ante ao apresentado um ano antes. O resultado leva em consideração operações descontinuadas e eventos extraordinários. Se fossem consideradas apenas as operações continuadas e retirados da conta o que não deve se repetir nos próximos trimestres, o resultado teria sido negativo em R\$ 197 mi-

lhões, melhor do que os R\$ 304 milhões de prejuízo reportados um ano antes.

No documento de balanço, a empresa afirma que o aumento do prejuízo, apesar da melhora do Ebitda Ajustado e do resultado financeiro, deve-se, principalmente, aos efeitos pontuais relacionados com o impacto em Outras Receitas e Despesas Operacionais gerado pela adesão ao programa de quitação de débitos de ICMS com o Estado de São Paulo e impairment (ajuste contábil) após a venda da sede administrativa; e o me-

nor reconhecimento de créditos fiscais no Imposto de Renda e CSLL relacionados o prejuízo fiscal acumulado.

Na parte de operações descontinuadas, a companhia ainda somou números negativos vindos do provisionamento para contingências trabalhistas do Extra Hiper; e também da parte da adesão ao programa do Governo do Estado de S. Paulo em relação a débitos do Extra Hiper, com impacto negativo de R\$ 175 milhões.

Já no Ebitda, de R\$ 380 milhões no trimestre, houve alta

de 69,3%. Se os postos de gasolina, em processo de venda, forem tirados da conta, o resultado fica em R\$ 372 milhões, com alta de 71%.

A receita líquida foi de R\$ 4,6 bilhões, com alta de 10,3%. Com os postos de gasolina, o valor vai para R\$ 4,9 bilhões, com alta de 9,9%.

A companhia reportou ainda que houve redução de R\$ 1,4 bilhão da dívida líquida com diminuição de 6,8 pontos na alavancagem (pré-IFRS 16) em relação ao mesmo período de 2023, de 9,8 vezes para 3,0 vezes.

SELIC

CNI defende que Copom mantenha ritmo de corte da Selic em 0,5 ponto

SANDRA MANFRINI/AE

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central mantenha o ritmo de corte da taxa de juros Selic em 0,5 ponto porcentual, nesta reunião de maio. "Essa decisão seria compatível com o atual cenário de inflação, sob controle, além de impedir uma redução mais acentuada do crescimento econômico. Além disso, é impraticável a continuidade do projeto de

neointustrialização com altos níveis de taxa de juros", ressalta o presidente da CNI, Ricardo Alban.

O Copom anuncia hoje, sua decisão sobre a taxa de juros, atualmente em 10,75% ao ano. Segundo o *Projeções Broadcast*, a desaceleração do ritmo de cortes da Selic para 0,25 p.p já nesta reunião de maio se consolidou como cenário majoritário entre os economistas ouvidos pela pesquisa. A aposta, que era minoritária há duas semanas, agora está no cenário-base de 25 de 45 casas consul-

tadas (55%). A CNI elenca os dados recentes sobre a inflação, que mostram desaceleração, e cita as expectativas positivas do Boletim Focus, que aponta para inflação de 3,72% no final de 2024, dentro do limite superior da meta de inflação para o ano, de 4,5%, e mais próximo do centro da meta, de 3%. "Portanto, se os preços estão sob controle, manter o ritmo de queda da Selic evita penalizar ainda mais a atividade econômica no

Brasil. A taxa de juros real em nível tão elevado provoca danos consideráveis à economia brasileira", afirma a entidade, lembrando que, mesmo com os cortes da taxa Selic realizados desde agosto de 2023, a taxa de juros real do Brasil está em 6,9% ao ano, ou seja, 2,4 pontos percentuais acima da taxa de juros neutra. "A consequência do alto nível da taxa de juros real é a perda de dinamismo da economia brasileira."

Para a CNI, uma redução no ritmo de queda dos juros será "inadequada", pois, avalia, "há espaço para manutenção do corte de juros por parte do BC, o que contribuiria para melhorar a situação enfrentada pela atividade econômica brasileira".

CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE MANEJO DE FAUNA
CAP 4 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CNPJ: nº46.460.072/0001-12, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, através do processo nº EIS-PRO-2022/08061.05, Autorização Ambiental Municipal para Manejo De Fauna Silvestre - AMF-2024/00009 com validade de 25/04/2026 para levantamento em Avenida 6 PAA 10448/PAL 40481 - Quadra: 2.4 SE Lote: 01, Jacarepaguá - Rio de Janeiro, RJ.

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO POLO COMERCIAL DE JACAREPAGUÁ
CNPJ 40.266.280/0001-07
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: EDITAL DE CONVOCAÇÃO - A Sra. Sindica em exercício do Condomínio do Edifício Polo Comercial de Jacarepaguá, situado na Estrada de Jacarepaguá, nº 7.709, Sala 212 - Freguesia, Rio de Janeiro/RJ, no uso de suas atribuições, convoca os senhores condôminos para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 16/05/2024, às 18:00h em primeira, e às 18:30h em segunda e última convocação, e com qualquer número de condôminos presentes, nas salas 211 e 212 do Condomínio, para validamente discutirem e deliberarem a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação do relatório e das contas da administração no período de 01/05/2023 a 30/04/2024; 2) Aprovação do orçamento anual com a fixação da cota condominial, do fundo de reserva e do fundo do 13º salário para o período de 01/05/2024 a 30/04/2025; 3) Eleição de Síndico, subsíndico, membros efetivos e suplentes do conselho fiscal; 4) Ratificar os atos da administração até a data da realização da AGO; 5) Assuntos Gerais. Os condôminos irregulares com suas contribuições poderão participar da Assembleia, mas não poderão manifestar seus votos. Para aqueles que pretendam se fazer representar, ficam desde já alertados de que os instrumentos de mandato somente terão validade com firma reconhecida. Rio de Janeiro, 03 de maio de 2024. Elaine Rubinstein Rosa - Síndica.

COOPATUR - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TAXI E TURISMO DO RIO DE JANEIRO LTDA.
CNPJ 28.789.584/0001-45 - NIRE 33.4.0000078-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O Presidente da COOPATUR, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os 37 (trinta e sete) cooperados, no gozo de seus direitos sociais, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na sede da Coopatur Rádio Táxi, na Rua Guilherme Frota, 167 - Bonsucesso - RJ, nesta cidade no dia 18/05/2024 (sábado), com 1ª convocação às 11hs com a presença mínima de 2/3 dos cooperados; 2ª chamada às 12hs com a presença mínima de metade + 1 dos cooperados e em 3ª e última convocação às 13hs com a presença mínima de 10 cooperados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - JUSTIFICATIVA DA NÃO REALIZAÇÃO DA AGO; II - PRESTAÇÃO DE CONTAS 2023; III - COMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; IV - COMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL; V - ISENÇÃO DE TAXA (SOMENTE 7 DIAS PARA MOTOR E CAIXA); CASO O MESMO NECESSIT DE MAIS DIAS, TERÁ QUE SOLICITAR AUTORIZAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; VI - INCLUSÃO DE AUXILIAR PERMANENTE; VII - CRIAÇÃO COMERCIAL VENDAS EMPRESAS; VIII - UTILIZAÇÃO MÁQUINAS PRÓPRIAS;IX - INVESTIDOR (VALOR DA PORCENTAGEM, E AS DATAS DE PAGAMENTO); X - SUBSTITUIÇÃO DA ADVOGADA E CONTADOR POR UMA EMPRESA DE AUDITORIA E CONTABILIDADE PROFISSIONAL; XI - CRIAÇÃO FUNDO DE RESERVA; XII - TAXA DE MANUTENÇÃO EM 3 (TRES) COTAS; XIII - ASSUNTOS GERAIS;
Rio de Janeiro, 07 de Maio de 2024.
FILIPPE ROSA ALVES
DIRETOR PRESIDENTE

ERM Brasil Ltda.
CNPJ/MF nº 65.456.832/0001-62 - NIRE 35.209.921.063
Ata de Reunião de Sócios realizada em 1º de abril de 2024
Data, Hora e Local: 01/04/2024, às 11h, na sede social da ERM Brasil Ltda. ("Sociedade"), na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, Condomínio Thera One, Torre 3, Setor B, 17º andar, conjunto 171, Cidade Monções, São Paulo-SP. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, em razão da presença de todos os sócios. Mesa: Sr. Paulo Henrique Pereira dos Santos, Presidente e Sr. Felipe Deppe Alves, Secretário. Deliberações: Os sócios presentes, por unanimidade, aprovaram sem ressalvas: (i) o Protocolo e Justificação de Incorporação da NINT - Natural Intelligence Ltda. pela ERM Brasil Ltda., celebrado em 01/04/2024 ("Protocolo"), por meio do qual a Sociedade incorporará a NINT - Natural Intelligence Ltda., com sede no Rio de Janeiro-RJ, na Avenida Rio Branco, nº 138, Sala 1502, Centro, CNPJ/MF nº 09.212.050/0001-07 e NIRE 33.210.179.071 ("Incorporada"), no qual ficaram estabelecidos os termos e condições que regerão a incorporação da Incorporada pela Sociedade, com a versão de todo o patrimônio líquido da Incorporada para a Incorporadora ("Incorporação"); (ii) ratificação da contratação da Index Consult Contadores Associados Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.812.272/0001-63, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro - CRC/RJ sob nº 005681/O ("Empresa de Avaliação"), responsável pela preparação do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Incorporada ("Laudo de Avaliação"); (iii) o Laudo de Avaliação, de acordo com o qual o patrimônio líquido total da Incorporada foi avaliado pelo valor contábil de R\$ 4.838.849,26; (iv) a Incorporação da Incorporada pela Sociedade nos termos do Protocolo, mediante a absorção do patrimônio líquido da Incorporada pela Sociedade e a consequente extinção da Incorporada, nos termos do Protocolo; (v) a renúncia à relação de substituição, pela Sociedade, com o cancelamento das quotas representativas do capital social da Incorporada, de propriedade da Sociedade e sem a atribuição de quotas emitidas pela Sociedade; (vi) a dispensa do procedimento de avaliação patrimonial a preço de mercado; e (vii) a autorização aos administradores da Sociedade para que pratiquem todos os atos necessários à implementação e formalização da Incorporação. Encerramento: Nada mais a tratar. Mesa: Paulo Henrique Pereira dos Santos - Presidente; Felipe Deppe Alves - Secretário. Sócios: ERM-Europe, Ltd. pp. Paulo Henrique Pereira dos Santos; ERM Limited. pp. Paulo Henrique Pereira dos Santos. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado de registro sob nº 143.113/24-0 em 10/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

NINT - Natural Intelligence Ltda.
CNPJ/MF nº 09.212.050/0001-07 - NIRE 33.210.179.071
Ata de Reunião de Sócios realizada em 1º de abril de 2024
Data, Hora e Local: Em 01/04/2024, às 10h, na sede social da NINT - Natural Intelligence Ltda. ("Sociedade"), na Avenida Rio Branco, nº 138, Sala 1502, Centro, Rio de Janeiro-RJ. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, em razão da presença de todos os sócios. Mesa: Sr. Paulo Henrique Pereira dos Santos, Presidente e Sr. Gustavo Paiva Pimentel. Deliberações: A única Sócia da Sociedade, detentora da totalidade de seu capital social, aprovou sem ressalvas: (i) aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação da Sociedade pela ERM Brasil Ltda., com sede em São Paulo-SP, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, Condomínio Thera One, Torre 3, Setor B, 17º andar, conjunto 171, Cidade Monções, CNPJ/MF nº 65.456.832/0001-62 e NIRE 35.209.921.063, representada pelo Sr. Paulo Henrique Pereira dos Santos, RG nº 23.971.877-X-SSP/SP, CPF/MF nº 280.374.788-64 e Felipe Deppe Alves, RG nº 1076646213 SSP/RS, CPF/MF nº 648.297.230-68 ("Sócia" ou "ERM Brasil"), celebrado em 01/04/2024 ("Protocolo"), no qual ficaram estabelecidos os termos e condições que regerão a incorporação da Sociedade pela sua única sócia, a ERM Brasil, com a versão de todo o patrimônio líquido da Sociedade para a ERM Brasil ("Incorporação"); (ii) ratificação da contratação da Index Consult Contadores Associados Ltda., com sede no Rio de Janeiro-RJ, na Avenida das Américas, nº 1155, Sala 1005, Barra da Tijuca, CNPJ/MF nº 15.812.272/0001-63, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro - CRC/RJ sob nº 005681/O ("Empresa de Avaliação"), responsável pela preparação do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Incorporada ("Laudo de Avaliação"); (iii) o Laudo de Avaliação, de acordo com o qual o patrimônio líquido total da Sociedade foi avaliado pelo valor contábil de R\$ 4.838.849,26; (iv) a Incorporação da Sociedade pela ERM Brasil nos termos do Protocolo, mediante a absorção do patrimônio líquido da Sociedade pela ERM Brasil e a consequente extinção da Sociedade, nos termos do Protocolo, conforme disposto no artigo 1.118 do Código Civil; (v) a renúncia à relação de substituição, pela ERM Brasil, com o cancelamento das quotas representativas do capital social da Sociedade, de propriedade da ERM Brasil e sem a atribuição de quotas emitidas pela ERM Brasil; (vi) a dispensa do procedimento de avaliação patrimonial a preço de mercado; e (vii) a autorização aos administradores da Sociedade para que pratiquem todos os atos necessários à implementação e formalização da Incorporação. Encerramento: Nada mais a tratar. Mesa: Paulo Henrique Pereira dos Santos - Presidente; Gustavo Paiva Pimentel - Secretário. Sócia: ERM Brasil Ltda. por Paulo Henrique Pereira dos Santos e Felipe Deppe Alves. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certificado de arquivamento em 26/04/2024 sob o nº 00006205786 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 2024/00356079-5 de 22/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

REAL ENGENHARIA INVESTIMENTOS S.A.
Companhia fechada
CNPJ/MF nº 35.948.363/0001-38 - NIRE 33.3.0026983-5
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2024: 1. HORA, DATA E LOCAL: As 15 horas do dia 25 de abril de 2024, por meio de plataforma de videoconferência, nos termos do art. 124, § 2º-A da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e do Manual de Registro de Sociedade Anônima, Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81/20 ("IN DREI 81"). 2. PRESENÇA E QUÓRUM DE INSTALAÇÃO: Presentes os acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme registro por meio de plataforma eletrônica. Presentes, também, a totalidade dos Diretores da Companhia, a Sra. Gabriela Codorniz, advogada da Companhia. 3. MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Mário de Andrade Ramos Neto, e secretariados pela Sra. Gabriela Codorniz. 4. CONVOCAÇÃO: A convocação foi publicada no jornal Diário do Acionista, edições dos dias 12, 15 e 16 de abril de 2024. 5. PUBLICAÇÕES LEGAIS: O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram publicados no jornal Diário do Acionista, na edição de 20 de março de 2024. 6. ORDEM DO DIA: (I) Tomar as contas da Diretoria, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (II) A proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (III) A fixação do número de membros para o corpo de Diretoria da Companhia; (IV) A eleição dos Diretores da Companhia; e (V) A remuneração anual global dos Diretores. 7. DELIBERAÇÕES: Inicialmente, os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º da Lei das S.A. Em seguida, os acionistas deliberaram: 7.1. Aprovar, por maioria de votos, com abstenção dos legalmente impedidos, as contas da Diretoria, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. 7.2. Aprovar, por maioria de votos, a destinação do lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 8.702.741,28 (oito milhões, setecentos e dois mil, setecentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), nos termos do art. 20 do Estatuto Social da Companhia, da seguinte forma: (i) a destinação do montante de R\$ 435.137,06 (quatrocentos e trinta e cinco mil, cento e trinta e sete reais e seis centavos) para a reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.; (ii) a distribuição aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 2.066.901,05 (dois milhões, sessenta e seis mil, novecentos e um reais e cinco centavos), já distribuído aos acionistas conforme deliberação da Diretoria; (iii) a distribuição aos acionistas de dividendos complementares, no montante de R\$ 109.784,28 (cento e nove mil, setecentos e oitenta e quatro reais, e vinte e oito centavos), também já distribuídos aos acionistas conforme deliberação da Diretoria; e (iv) a destinação do montante de R\$ 6.090.918,89 (seis milhões, noventa mil, novecentos e dezoito reais e oitenta e nove centavos) para a Reserva Estatutária para Investimentos. 7.3. Aprovar, por maioria de votos, a fixação do número de 3 (três) membros para compor a Diretoria da Companhia, conforme o art. 11 do Estatuto Social da Companhia. 7.4. Aprovar, por maioria de votos, a eleição dos seguintes membros para compor a Diretoria da Companhia, para o mandato de 1 (um) ano, que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024: (i) Mario de Andrade Ramos Neto, brasileiro, divorciado, engenheiro, com domicílio na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Rua São José nº 70, 19º andar, parte, Centro, portador da cédula de identidade n.º 01.767.866-5, do IFFP, inscrito no CPF sob o nº 070.402.887-53, como Diretor Presidente da Companhia; (ii) Izabel Carmen de Andrade Ramos, brasileira, solteira, advogada, com domicílio na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Rua Marquês de São Vicente nº 351, apto. 904, bloco 2, portadora da cédula de identidade n.º 124.200.0AB/RJ, inscrita no CPF sob o nº 087.385.967-76, como Diretora da Companhia; e (iii) Mario Henrique Vieira Bretas, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, com domicílio na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Av. Vieira Souto nº 220, apto. 301, Ipanema, portador da cédula de identidade n.º 29.692.661-9 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 592.364.187-91, como Diretor da Companhia. 7.5. Aprovar, por maioria de votos, a remuneração anual global dos Diretores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante de até R\$ 1.680.000,00 (um milhão e seiscentos e oitenta mil reais). 8. DOCUMENTO ARQUIVADOS: Os documentos e propostas submetidos à Assembleia ficam arquivados na sede da Companhia, bem como a manifestações de voto apresentadas por acionistas à mesa da Assembleia. 9. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada isoladamente pelos membros da Mesa, nos termos da IN DREI 81. A presente é cópia fiel da ata original lavrada em Livro Próprio. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024. Mario de Andrade Ramos Neto - Presidente; Gabriela Codorniz - Secretária. Acionistas Presentes: Mario de Andrade Ramos Neto, Maria Cecília Vieira Bretas, Mario Henrique Vieira Bretas, Espólio de Mario Sergio Vieira Bretas representado por Teresa Cristina da Silva Bretas, Izabel Carmen de Andrade Ramos, Andrea de Andrade Ramos, Claudia de Andrade Ramos, Elizabeth de Andrade Ramos e Monica de Andrade Ramos, as quatro últimas representadas por Hermano de Villemor Amaral Neto. Jucerja nº 6220088 em 06/05/2024.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAUDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.037/2024

A Pregoeira Debora Schmutzler Abraham convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.037/2024 no dia 20/05/2024 às 10h00min. - Objeto: Aquisição de Cateteres Venenos Centrais (CATETER VENOSO CENTRAL DUPLo LUMEN, POLIURETANO, TEFLON OU SILICONE, BIOCMPATÍVEL, RADIOPACO, 7 A 7,5 FR ATÉ 20 CM, COM PELO MENOS UM DOS LUMENS COM 14 GA, ASA DE FIXAÇÃO SECUNDÁRIA, PONTA ATRAUMÁTICA, CATETER VENOSO CENTRAL, TRIPLO LUMEN, ADULTO EM POLIURETANO, TEFLON OU SILICONE, BIOCMPATÍVEL, RADIOPACO, ATÉ 20 CM e etc) Processo nº. 33409.008613/2023-56. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

PGS SUPORTE LOGÍSTICO E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ Nº 07.785.858/0001-58
AVISO DE RETIFICAÇÃO

Publicado no Jornal Diário do Acionista na edição do dia 30/04/2024, Páginas 19 e 20 - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em reais) - Nota 25 - Contingências: Fiscalização IRRF 2011 (Nº 10872.720069/2015-32)

Onse se lê: Em 09 de Janeiro de 2023 a Empresa foi intimada acerca da decisão que negou provimento aos seus Embargos de Declaração. Em 16 de Janeiro de 2023 a Empresa opôs Embargos de Declaração. Em 09 de Fevereiro de 2023, foi expedida intimação para informar a Empresa que os Embargos de Declaração não produziram efeitos, o que representa o encerramento do contencioso administrativo. Por consequência, o Mandado de Segurança perdeu o objeto. Em 15 de Março de 2023, proferida sentença denegando a segurança. Em 18 de Março de 2023, a Fazenda Nacional apresentou petição manifestando estar ciente da sentença. Em 15 de Maio de 2023, a sentença transitou em julgado. Em 01 de Junho de 2023, a Fazenda Nacional peticionou declarando estar ciente do trânsito em julgado da sentença proferida no Mandado de Segurança.

Leia-se: Em 09 de Janeiro de 2023 a Companhia foi intimada da decisão que indeferiu seus Embargos de Declaração. Em 6 de Janeiro de 2023, a Companhia entrou com uma ação anulatória na Justiça, incluindo uma liminar para suspender a dívida. Em 7 de fevereiro, o PGS recebeu a liminar, ou seja, não foi exigida garantia bancária ou depósito em dinheiro. O Ministério Público Federal entrou com uma petição com seus argumentos em ação anulatória em 17 de fevereiro de 2023 e também entrou com um recurso contra a ordem de suspensão da cobrança da dívida. A Companhia apresentou contra-argumentos em 27 de março de 2023. Em requerimento datado de 30 de maio de 2023, o Juiz intimou as partes a apresentarem as provas que pretendem fornecer. O Ministério Público Federal respondeu que não forneceria nenhuma prova adicional. Em 15 de dezembro de 2023, o Tribunal de Primeira Instância proferiu decisão favorável ao PGS e deferiu o pedido do PGS para cancelar a dívida. O Tesouro Nacional entrou com recurso contra a decisão em 26 de dezembro de 2023.

ROUBO EM BARUERI

Polícia prende homem que negociou armas furtadas do Exército

Agentes da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) prenderam, ontem, o segundo homem de uma dupla que negociou as armas furtadas do Arsenal de Guerra do Exército Brasileiro em Barueri, São Paulo, em 2023. Ele foi encontrado no bairro Brás de Pina, na zona norte da capital fluminense.

A ação faz parte da 2ª fase da Operação Tormentor Vendor (Mercador de Artilharia). Contra ele foi cumprido um mandado de prisão preventiva. O homem também é investigado por integrar grande esquema de lavagem de dinheiro. Outro integrante da dupla já havia sido preso, suspeito da negociação, na 1ª fase da operação, que ocorreu em abril. Segundo as investigações, os dois juntos acumulam extensa ficha criminal.

Após o furto das armas do Exército, a Polícia Civil do Rio de Janeiro recuperou, em outubro do ano passado, quatro

metralhadoras calibre ponto 50 e outras quatro MAGs, calibre 7.62. O armamento foi localizado em um carro roubado e abandonado em um dos acessos da Gardênia Azul, na zona oeste do Rio. Já no início de novembro, mais duas metralhadoras calibre ponto 50 foram recuperadas, na Praia da Reserva, na mesma região.

A Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo informou que inquirido foi aberto para apurar as circunstâncias do desaparecimento e para recuperação do armamento. A prefeitura de Cajamar informou que os agentes responsáveis pela vigilância dos equipamentos foram afastados das funções, além da abertura de uma sindicância.

O Ministério Público Militar denunciou oito pessoas, sendo quatro civis e quatro militares. As armas foram encontradas com integrantes do crime organizado e 19 das 21 armas foram recuperadas.

DESABAMENTO

Morre rapaz atingido por estrutura na Agrishow

MARCIO DOLZAN/AE

Um homem morreu nessa segunda-feira passada, quatro dias após ser atingido por uma estrutura que desabou na Agrishow, em Ribeirão Preto, considerada a maior feira de tecnologia agrícola do Brasil. A suspeita é de que o acidente tenha acontecido devido à força dos ventos provocada pela hélice de um helicóptero que sobrevoava o local.

Márcio Sabino Silva, de 27 anos, prestava serviço terceirizado e estava na tenda que desabou na quinta-feira passada, último dia do evento. Ele e outro trabalhador se feriram e foram encaminhados a um hospital da região. Silva não resistiu aos ferimentos e morreu nessa segunda.

Em nota, a Agrishow lamen-

tou a morte de Márcio no "acidente aéreo envolvendo um helicóptero particular na manhã de 2 de maio". De acordo com a assessoria do evento, Márcio recebeu atendimento ainda no local por equipes do Corpo de Bombeiros. "Em seguida, ele foi encaminhado a um hospital da região onde todo apoio aos familiares foi prestado", diz o texto.

A tenda que desabou prestava serviço de distribuição de água para o evento. Uma mulher que também foi atingida na queda da estrutura sofreu fratura no tornozelo, mas passou bem. O caso é investigado pelo 6º DP de Ribeirão Preto e foi registrado como lesão corporal e contravenções penais - abuso na prática da aviação na Central de Polícia Judiciária (CPJ) da cidade.

ASSASSINO

Tribunal mantém prisão do playboy do Porsche

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

Por unanimidade, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu ontem manter a prisão do playboy Fernando Sastre de Andrade Filho, o motorista do Porsche que provocou a morte do motorista de aplicativo Ornaldo da Silva Viana no dia 31 de março, em São Paulo.

Sastre foi preso na segunda-feira passada pela Polícia Civil de São Paulo após o desembargador João Augusto Garcia, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), entender que as medidas cautelares decretadas pe-

la primeira instância contra o acusado, como proibição de se ausentar da comarca, não se aproximar de parentes das vítimas e manter os dados pessoais atualizados não são suficientes para o caso.

Sastre passou por audiência de custódia na tarde de hoje para verificar se foi cometida alguma ilegalidade no cumprimento de mandado de prisão. Ele deve seguir para uma penitenciária ainda não informada pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP).

O condutor do Porsche se entregou à Justiça na tarde de ontem na 5ª Delegacia Seccional

Leste, no Tatuapé, e passou a noite na 31ª DP, na Vila Carrão, após ficar foragido por três dias, já que na última sexta-feira a Justiça decretou sua prisão e ele não foi encontrado pela Polícia Civil em sua casa no sábado passado.

Ao negar pedido de *habeas corpus* protocolado pela defesa, o colegiado seguiu voto proferido pela ministra Daniela Teixeira. Para a ministra, não há ilegalidades na decisão do desembargador, que determinou a prisão. "A prisão preventiva não se dá pelo clamor popular, se dá para garantir a instrução penal", afirmou.

O entendimento favorável à manutenção da prisão foi seguido pelos ministros Messod Azulay Neto e Joel Paciornik.

O acidente ocorreu na Avenida Salim Farah Maluf, na zona leste de São Paulo. Segundo as investigações, o carro estava em alta velocidade antes de bater no Renault Sandero, de Ornaldo.

Fernando Sastre foi denunciado pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP) por homicídio doloso qualificado (pena de 12 a 30 anos de prisão) e lesão corporal gravíssima (que pode elevar a pena total em um sexto).

MATOU A FILHA

Ministério Público pede que Alexandre Nardoni volte à prisão

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

O Ministério Público de São Paulo entrou com recurso contra a decisão da Justiça que permitiu a saída de Alexandre Nardoni da prisão em cumprimento do regime aberto. O órgão também entrou com medida cautelar com efeito suspensivo em que pede a volta imediata do réu para o regime semiaberto no presídio, até o julgamento do recurso.

Condenado a 30 anos de prisão pela morte da filha, Isabella, o acusado deixou a penitenciária de Tremembé no fim da tarde da segunda-feira, 6.

A defesa de Nardoni disse que agirá para "evitar qualquer injustiça".

O MP-SP protocolou um recurso de agravo contra a execução ainda na segunda-feira, no Departamento Estadual de Execução Criminal da 9ª Região Administrativa, em São José dos Campos, alegando que o réu não comprovou, de forma cabal, que não representa risco para a sociedade.

A promotoria do caso consi-

dera que Nardoni praticou "crime hediondo bárbaro ao matar a filha de 5 anos, demonstrou frieza emocional, insensibilidade acentuada, caráter manifestamente dissimulado e ausência de arrependimento".

O documento cita ainda indicação psiquiátrica de que o réu possui "impulsividade latente", além de exibir elementos de transtorno de personalidade.

O Ministério Público argumentou pela sustação da progressão ao regime aberto, com a manutenção de Nardoni em regime intermediário e submissão ao teste de Rorschach e a exame psiquiátrico profundo e conclusivo, que possa averiguar possível transtorno de personalidade e a possibilidade de progressão ao regime aberto.

O teste de Rorschach, popularmente conhecido como "teste do borrão de tinta", é uma técnica de avaliação psicológica que consiste em dar respostas sobre o que se parecem manchas de tinta apresentadas em pranchas com linhas simétricas. A partir das respostas, seria possível obter um

quadro amplo da dinâmica psicológica do indivíduo testado.

A medida cautelar para atribuição de efeito suspensivo, também protocolada pelo MP-SP, requer que o Tribunal de Justiça determine o imediato retorno de Alexandre Nardoni ao regime semiaberto, que implica em permanecer na prisão, podendo trabalhar e estudar fora, até o julgamento do recurso.

Em decisão publicada na segunda-feira, o juiz José Loureiro Sobrinho apontou que Nardoni completou o tempo necessário para a progressão de regime, após ficar 16 anos preso.

Segundo o magistrado, apesar dos apontamentos do Ministério Público, a gravidade do delito praticado pelo réu não deve ser obstáculo à sua busca pela ressocialização através da progressão de regime. Nardoni estava no semiaberto, com direito a saídas temporárias para visitar familiares.

O advogado Roberto Podval, que defende Nardoni, disse que "a defesa lamenta a atitude de alguns promotores que se preo-

cupam mais com os holofotes do que com a Justiça". "Estamos atentos e trabalhando para evitar qualquer injustiça", afirmou.

MORTE DE CRIANÇA

Alexandre Nardoni e sua mulher Anna Carolina Jatobá foram acusados e condenados pela morte da filha dele e enteada dela, Isabella, morta em março de 2008.

A menina, então com 5 anos de idade, teria sido jogada do 6º andar do edifício em que a família morava, na Vila Guilherme, em São Paulo. O crime causou grande repercussão.

Anna Jatobá foi condenada a 26 anos e 8 meses de prisão, cumpriu 15 anos e obteve progressão para o regime aberto em junho do ano passado.

Alexandre foi condenado inicialmente a 31 anos e 1 mês, mas conseguiu reduzir a pena em cerca de um ano por trabalhar e estudar na prisão.

Ele obteve progressão para o regime semiaberto, com direito às saídas temporárias, em abril de 2019.

REPRESA BILLINGS

Prefeito prevê inaugurar ônibus aquático até a próxima segunda-feira

LEONARDO ZVARICK/AE



ROVENA ROSA-ABRASIL

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB) (foto), prevê inaugurar até a próxima segunda-feira, o sistema de ônibus aquáticos que vai funcionar na Represa Billings, na zona sul da capital paulista.

"A gente está só acertando a questão documental para poder dar início", disse Nunes, que esteve na região pela manhã, onde visitou obras públicas. Caso os entraves burocráticos sejam resolvidos até o fim da semana, existe a possibilidade de inauguração ainda no sábado.

As embarcações e a infraestrutura já estão prontas para o início da operação assistida, que será conduzida pela própria administração municipal, em convênio firmado com a SPTrans.

Inicialmente, o sistema hidroviário seria operado pela Transwolvf, empresa de ônibus suspeita de ligação com o Primeiro Comando da Capital (PCC) e sob intervenção da administração municipal. A transferência do serviço para a prefeitura é a pendência final antes da inauguração.

Um despacho publicado ontem, pelo Secretário Executivo de Transportes e Mobilidade Urbana da capital paulista, Gil-

perceira Miranda, autorizou o convênio entre a prefeitura e a SPTrans para início da operação assistida, com duração prevista até o fim do ano.

Trata-se de um período de implementação progressiva e monitorada do serviço. De início, os ônibus aquáticos vão funcionar das 10h às 16h, com embarque gratuito e capacidade para atender até 60 passageiros de uma vez - quando estiverem plenamente operantes, as embarcações poderão transportar até 200 pessoas cada.

"É para a população ter paciência. A gente precisa ir acompanhando, verificando como vai se comportar esse novo modal na cidade" acrescentou Nunes, ponderando que a operação as-

istida é adotada sempre que é implementada uma nova infraestrutura de transporte, como o Metrô. Depois da operação assistida, o transporte hidroviário passa a integrar o sistema atendido pelo Bilhete Único e terá a mesma tarifa dos ônibus urbanos: R\$ 4,40.

A linha de ônibus aquático ligará a região de Mar Paulista, em Pedreira, ao Cantinho do Céu, no Grajaú, com a promessa de agilizar o transporte para cerca de 385 mil moradores. O modal deve facilitar o acesso ao Terminal Santo Amaro, um dos gargalos do trânsito.

O deslocamento, que hoje é feito por ônibus ou carro, leva cerca de 1h20. Já a travessia de barco é estimada em 17 minutos.

A inauguração do modal vai ocorrer após sucessivos adiamentos desde o ano passado. O mais recente foi em março, quando a Justiça barrou o início das viagens diante de possíveis riscos ambientais, atendendo pedido do Ministério Público do Estado (MP-SP).

No mês seguinte, o Tribunal de Justiça de São Paulo liberou a operação após recurso da SPTrans, que apresentou estudos e parecer técnico favorável da Companhia Ambiental do Estado (Cetesb).

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 CNPJ 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRI ("Titolares dos CRI") da 21ª (vigésima primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), da Canal Companhia de Securitização ("Emissora"), nos termos da Cláusula 11 do termo de securitização de créditos imobiliários para emissão dos CRI ("Termo de Securitização"), a se reunir em 28 de maio de 2024, às 10 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, a fim de, em sede de assembleia geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Geral"), examinar e discutir sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) A não declaração do vencimento antecipado da operação em razão do descumprimento de obrigação de pagar os valores devidos em relação à amortização extraordinária devida pela Emitente em relação ao mês de março de 2023 e multa correspondente, conforme previsto na Cláusula 5.4.1 do "Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Com Garantia Real, Com Garantia Fiduciária Adicional, Em Série Única, Para Colocação Privada, De Tocantins Energias Renováveis" ("Termo de Emissão"); (ii) A autorização para que seja realizado aditamento ao Termo de Emissão, a fim de alterar: a) A Cláusula 5.4.1.1, para que o ICSD seja apurado trimestralmente até o 15º (décimo quinto) dia dos meses de abril, maio, agosto, novembro de cada ano. Desta forma, a Cláusula 5.4.1.1 passa a vigorar com a seguinte redação: 5.4.1.1. O ICSD será apurado trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras e balanços patrimoniais consolidados da Emitente, incluindo suas controladas, incluindo as SPE, e controladoras, cujos cálculos serão validados pela Securitizadora, até o 15º (décimo quinto) dia dos meses da seguinte forma: (i) Abril – correspondente ao 4º trimestre do exercício social do ano anterior; (ii) Maio – correspondente ao 1º trimestre do exercício social do ano corrente; (iii) Agosto – correspondente ao 2º trimestre do exercício social do ano corrente; (iv) Novembro – correspondente ao 3º trimestre do exercício social do ano corrente; b) A Cláusula 5.4.1.6, para que a Amortização Extraordinária Obrigatória ou, conforme o caso, o Resgate Antecipado Obrigatório Total, ocorrerá na Data de Pagamento dos CRI 5.4.1.6. A Amortização Extraordinária Obrigatória ou, conforme o caso, o Resgate Antecipado Obrigatório Total, deverá ocorrer na Data de Pagamento dos CRI imediatamente posterior ao mês de apuração do ICSD. c) A Cláusula 5.4.1.7, referente ao cálculo do fluxo de caixa disponível, a qual passará a vigorar com a seguinte redação: Fluxo de Caixa Disponível = EBITDA – PMT – IRCSLL – Despesas do Tráfego, observado que: • EBITDA (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization): significa o Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras e do IRPJ e CSLL somados a Amortizações e Depreciações dos ativos. Calculado conforme fórmula abaixo: O cálculo do EBITDA será realizado da seguinte forma: (+) lucro líquido (+ ou -) receitas / despesas financeiras líquidas (+) provisão para IRPJ e CSLL (- ou +) resultados não recorrentes após os tributos (+) depreciação, amortização, exaustão do Tráfego; • PMT: o montante estimado da parcela, referente às competências do Tráfego de Pagamento, de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais ou, conforme o caso, Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais, acessado da Remuneração correspondente, considerando a data do cálculo. • IRCSLL: significa IRPJ e CSLL do Tráfego. • Tráfego: significa o Trimestre de Referência. Por exemplo, na aprovação de abril de 2025, serão utilizadas as informações que constam nas Demonstrações Financeiras de outubro de 2024, novembro de 2024 e dezembro de 2024. • Tráfego de Pagamento: Significa trimestre de referência de pagamento. Por exemplo, na aprovação de abril de 2025, serão utilizadas as informações que constam nas Demonstrações Financeiras de novembro de 2024, dezembro de 2024 e janeiro de 2025. • Despesas do Tráfego: Significa despesas desembolsadas recorrentes e vinculadas à emissão dos CRI no trimestre de referência. O valor deverá ser calculado pela Emissora e enviado conjuntamente da comunicação prévia, conforme cláusula 5.4.2, das Notas Comerciais. (iii) A autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas nesta ata. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se à Assembleia Geral, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI representando qualquer quórum, conforme definido na cláusula 11.4 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail ge1.agente@investimentos.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução do voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a identificação acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração ou Contrato ou Estatuto Social que prove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pela **Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** ("Escrituradora"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRI, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretendem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identificação; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, expedidas às condições legais. Caso o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o Instrumento de mandato possa a critério do Titular de CRI, ser encaminhado por um correio eletrônico do Agente Fiduciário: ge1.agente@investimentos.com.br. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no termo de securitização e nos demais documentos da operação.

São Paulo, 08 de maio de 2024. Atenciosamente,
 Canal Companhia de Securitização
 Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização

FAKE NEWS

Secon pede investigação de Eduardo e Pablo Marçal

CAIO SPECHOTO/AE

O ministro Paulo Pimenta (Secom) listou postagens em redes sociais do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro), do senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG) e do coach Pablo Marçal em um pedido de investigação sobre fake news relacionadas às enchentes e seus efeitos no Rio Grande do Sul. A lista está em um ofício destinado ao ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, divulgado por Pimenta.

"Recentemente a Secretaria de Comunicação Social foi informada sobre a existência de narrativas desinformativas e criminosas vinculadas às enchentes e desastres ambientais ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul. Este ofício tem por propósito destacar esses acontecimentos, sua relevância e impacto no aprofundamento da crise social vivida pela população", escreveu o ministro, que é gaúcho.

"Destaco com preocupação o impacto dessas narrativas na

credibilidade das instituições como o Exército, FAB, PRF e Ministérios, que são cruciais na resposta a emergências. A propagação de falsidades pode diminuir a confiança da população nas capacidades de resposta do Estado, prejudicando os esforços de evacuação e resgate em momentos críticos. É fundamental que ações sejam tomadas para proteger a integridade e a eficácia das nossas instituições frente a tais crises", disse ele.

Em seguida, Paulo Pimenta lista onze postagens em redes sociais que seriam relevantes - ou seja, que configuraríamos, na visão do ministro, fake news danosas às ações contra as enchentes e seus efeitos. O *Broadcast Político* reproduz a seguir o que Pimenta escreveu sobre postagens de Eduardo Bolsonaro, Cleitinho e Marçal.

Eduardo Bolsonaro - "Eduardo Bolsonaro criticou a ajuda do Governo Federal ao Rio Grande do Sul, ao mencionar que o governo levou quatro dias para enviar reforços a região. (Interações: 4,8 mil Inscritos: 2,8 milhões)";

Pablo Marçal - Em vídeo publicado no dia 05/05/2024 na plataforma X, Pablo Marçal veicula conteúdo desinformativo em relação à atuação do poder público em relação aos desastres ambientais ocorridos no Rio Grande do Sul. Dentre as afirmações contidas no vídeo, estão que 'a Secretaria da Fazenda do Estado está barrando os caminhos de doação', 'não estão deixando distribuir comida, marmitta' e que 'esse é ano político, a mídia não vai mostrar direito o que tá acontecendo, entendeu? Por causa dos políticos'. Tal conteúdo, vale dizer, já foi inclusive desmentido pela Secretaria da Fazenda do RS e por portais de notícia como o Diário do Centro do Mundo";

Cleitinho Azevedo - "Em outros vídeos que circulam em diferentes plataformas, a mesma figura Marçal afirma: 'Eu não entendo por que que um empresário sozinho tem mais helicóptero lá do que a Força Aérea Brasileira. Até agora não entendi o que que esse Presidente tá fazendo'. Importante destacar que o conteúdo veiculado por Pablo

Marçal tem larga escala de alcance e é tomado como verdade, replicado por outras figuras em diferentes plataformas de redes sociais. Entre eles, o Senador Cleitinho Azevedo também tem ativamente compartilhado conteúdo desinformativo em suas plataformas de redes sociais. Em post compartilhado nas plataformas Instagram e X, ele afirma que 'A secretaria do Estado do Rio Grande do Sul ESTÁ BARRANDO os caminhos de doações por falta de nota fiscal. Canalhas! Pegam essas notas fiscais e levam para o quinto dos infernos. Se vocês não conseguem ajudar, não atrapalha quem está ajudando!'. O post também conta com vídeo do político no qual ele exhibe o conteúdo de Pablo Marçal. Após a exibição do vídeo de Marçal, Cleitinho reafirma que a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul estaria barrando doações por falta de nota fiscal e os manda ao 'quinto dos infernos'. O Senador, ainda, pede ao final que quem concorde com ele compartilhe seu vídeo com o Brasil inteiro".

CORTE ELEITORAL

Cármem Lúcia é eleita presidente do Tribunal Superior Eleitoral

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A ministra Cármem Lúcia foi eleita ontem para o cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no biênio 2024-2026. O ministro Nunes Marques ficará com a vice-presidência do tribunal. A posse será no início do próximo mês.

A eleição é uma formalidade de praxe que é feita pelo TSE. O cargo de presidente é ocupado de forma rotativa entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que atuam no tribunal.

Dessa forma, Cármem Lúcia, que já ocupa a função de vice-presidente, é a próxima a assumir o comando do tribunal.

Em um breve discurso, a ministra disse que vai trabalhar para que a Justiça Eleitoral continue a atuar em benefício da democracia brasileira.

"Nos comprometemos a honrar as leis e a Constituição da República, nos comprometemos inteiramente com a res-

ponsabilidade e a absoluta dedicação para que o TSE continue presente a cumprir sua função constitucional em benefício da democracia brasileira", afirmou.

Com a mudança, o ministro Alexandre de Moraes deixará o comando da Justiça Eleitoral no dia 3 de junho, quando completará período máximo de dois anos na Corte.

Após a eleição, Moraes elogiou a carreira da ministra e destacou que Cármem Lúcia foi a primeira mulher a presidir o TSE, em 2012, durante a primeira passagem pelo tribunal.

Também compõem o plenário os ministros efetivos Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Floriano de Azevedo Marques e André Ramos Tavares.

O TSE é composto por sete ministros, sendo três do STF, dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e dois advogados com notório saber jurídico indicados pelo presidente da República.

ELES SE PROTEGEM

Promotor que agiu de má-fé contra Haddad garante aposentadoria

RAYSSA MOTTA E FAUSTO MACEDO/AE

O Órgão Especial do Ministério Público de São Paulo negou autorização para a Procuradoria-Geral de Justiça pedir a cassação da aposentadoria do promotor Marcelo Milani, que reconheceu ter se "excedido" ao entrar com ações em série contra o ex-prefeito Fernando Haddad, atual ministro da Economia.

Com a decisão, o procurador-geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, fica impedido de entrar com uma ação civil para contestar a aposentadoria e requisitar o fim do vínculo funcional. Por 31 votos a 5, os procuradores que compõem o Órgão Especial consideraram que o caso está prescrito e arquivaram o procedimento interno.

Em fevereiro, o então procurador-geral Mario Luiz Sarrubbo enviou a sugestão do pedido de cassação para análise do Órgão Especial. Ele alegou que Marcelo Milani usou o cargo para satisfazer "interesses pessoais". "Patente, ainda, ter vilipendiado os cânones da moralidade, impessoalidade e lealdade à instituição a que servia, colocando a própria estrutura do Ministério Público para atingir fins espúrios. Maculou a imagem da

instituição perante seus colegas, servidores, Poder Judiciário e toda a sociedade, para satisfação de interesse pessoal", diz um trecho do ofício assinado por Sarrubbo. Milani atuou por anos na Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, braço do Ministério Público de São Paulo que investiga suspeitas de corrupção e improbidade administrativa.

Em dezembro de 2023, ele fechou um acordo com o ex-prefeito, no qual reconheceu que "se excedeu em sua conduta e ajuizou ações de improbidade administrativa" contra Fernando Haddad "com uma má interpretação da conduta do então prefeito".

O acordo, homologado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), menciona três ações apresentadas entre novembro de 2015 e dezembro de 2016, sobre as obras nas ciclovias de São Paulo, a gestão do Teatro Municipal e a cobrança de multas de trânsito na capital.

Marcelo Milani entrou com as ações depois que Haddad relatou à Corregedoria-Geral do Ministério Público ter ouvido que o promotor pediu propinas para engavetar uma ação contra a Odebrecht envolvendo a construção do estádio do Corinthians, em Itaquera.

SAQUES E ROUBOS

Força Nacional e policiais da reserva são convocados para o RS

FABIO GRELLET/AE

Mais cem homens da Força Nacional vão reforçar o policiamento no Rio Grande do Sul, Estado atingido por enchentes que já mataram 95 pessoas e causaram destruição sem precedentes. Outros 120 já atuavam no Estado desde a semana passada, também para auxiliar a Brigada Militar estadual no policiamento.

Segundo o governador gaúcho, Eduardo Leite (PSDB), mais 300 agentes da Força Nacional serão enviados nos próximos dias - isso não foi confirmado pelo Ministério da Justiça. Leite também vai convocar 1 mil policiais da reserva para atuarem nesta situação especial. Desde o início das enchentes, estão ocorrendo saques em estabelecimentos fechados devido ao alagamento e roubos de

mantimentos destinados aos desabrigados.

Como o Estado mostrou, moradores de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, afirmam que têm havido roubos de barcos usados emergencialmente para resgates de desabrigados para saquear as residências alagadas. Canoas está entre as principais afetadas pelas enchentes, o maior desastre climático da história do Rio Grande do Sul. Na capital Porto Alegre, a Arena do Grêmio, que tem abrigado moradores que tiveram de sair de casa, também foi assaltada.

"Recebi a informação de que o nosso pedido pela Força Nacional para reforçar o policiamento foi atendido. A partir de amanhã começa a chegada desse importante apoio, inicialmente com 100 homens e, em seguida, com mais 300.

Em nota, o Ministério da Justiça confirmou apenas o envio dos cem agentes, e afirmou que o reforço começa já nesta terça-feira "O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, autorizou o envio de mais 100 agentes da Força Nacional para atuação focada na segurança da população. Com o novo anúncio, o contingente da corporação chegará a 220 nos próximos dias. Considerando a presença da Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF) no Estado, o Ministério da Justiça está com 944 servidores atuando no Rio Grande do Sul", diz a nota.

A pasta diz que a decisão de Lewandowski foi tomada após relato do ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Paulo Pimenta, que está acompanhando ações

de resgate e acolhimento dos atingidos pelas cheias. "Na sequência, o governador Eduardo Leite formalizou o pedido para o envio do novo efetivo da Força Nacional", completa a nota.

Segundo o ministério, as corporações federais atuam com quatro helicópteros, 19 embarcações de resgate e dez jet skis. Também estão sendo utilizadas 108 viaturas, 90 caminhonetes especiais, seis viaturas-reboque, dois caminhões, dois ônibus e uma carreta-tanque de abastecimento. A nota, atualizada às 17h51 desta terça-feira, afirma que até então haviam sido resgatadas 1 555 pessoas e 36 animais.

Várias regiões gaúchas ainda têm pontos ilhados, estradas e pontes destruídos e moradores à espera de resgate. Há centenas de milhares de moradores sem luz e água.

CÂMARA

Deputados querem aumento de pena para crimes cometidos em calamidades

JULIA CAMIM/AE

Dois projetos de lei que visam o aumento de pena para crimes cometidos durante a vigência de estado de calamidade pública em uma região foram apresentados à Câmara dos Deputados ontem. Como mostrou o Estadão, gaúchos têm sido roubados em diversos municípios afetados pela maior enchente da história do Rio Grande do Sul. Até o momento, 385 cidades foram atingidas, 134 pessoas estão desaparecidas e 85 morreram por causa do desastre climático.

A situação vivida pelas vítimas das fortes chuvas no Estado sulista motivou os deputados federais Júnior Ferrari (PSD-PA) e Daniel Trzeciak (PSDB-RS) (foto) a apresentarem propostas de alteração ao Código Penal para punir com mais rigor aqueles que, em situações de emergência, cometem infrações.

A proposta de Ferrari tem como foco os crimes de furto, roubo e corrupção ativa e passiva, sugerindo aumentar a sanção



BILLY BOSS/CÂMARA DOS DEPUTADOS

em um terço ou até o dobro caso os delitos sejam praticados durante o estado de calamidade, podendo atingir até 20 anos de reclusão. Para o parlamentar, a criminalidade percebida durante a tragédia climática no Rio Grande do Sul evidencia, assim como fez a pandemia de coronavírus, a necessidade de uma "atuação estatal mais forte".

O deputado ainda reforça

que é preciso punir "eventuais gestores públicos que se desviarem da função pública para a satisfação de interesses privados" em períodos como o vivido atualmente pelos gaúchos. Justificando a medida, Ferrari ressalta que o aumento de pena se mostra "equilibrado e adequado", visto que os delitos, quando cometidos em períodos de emergência, "lesio-

nam mais gravemente o bem jurídico protegido pelas normas em análise".

Já o texto de Trzeciak agrava, além dos crimes tipificados no Código Penal, as infrações previstas no Código de Defesa do Consumidor, sob argumento de que "comerciantes se utilizam do momento para praticar aumento abusivo de preços de bens essenciais à sobrevivência nesses momentos de grave e triste ruptura da normalidade". Assim, o projeto estabelece que as penas aumentem até o triplo caso os crimes sejam cometidos em contexto de calamidade.

Citando "os abusos comportamentais" noticiados "em meio ao caos climático que vem assolando o Estado do Rio Grande do Sul", como furtos, roubos e golpes, o parlamentar alega que tais condutas "merecem, pelo contexto, a reprimenda maior do ordenamento jurídico". O objetivo, pontuado no texto, é "resguardar as boas práticas de convivência, e, sobretudo, estimular os nobres valores de boa-fé e da solidariedade".

STF

Zanin se declara impedido para julgar recurso de Bolsonaro

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), se declarou impedido para julgar o recurso do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) contra a condenação que o deixou inelegível.

Como advogado, ele deu entrada em uma ação semelhante contra Bolsonaro nas eleições de 2022. A defesa do ex-presidente pediu a redistribuição do caso.

Ao abrir mão do processo, o ministro justificou que tomou a decisão para "imprimir a necessária economia processual e evitar uma futura re-

distribuição".

A Procuradoria-Geral da República (PGR) declarou não ver razão de impedimento: "As alegações da defesa de existência de impedimento do ministro relator foram apresentadas de forma genérica e com viés subjetivo."

Mesmo com parecer da PGR, que lhe garantia a retaguarda no caso, Cristiano Zanin achou prudente deixar a relatoria do recurso, com a ressalva de que o impedimento se aplica "apenas e tão somente" a este processo específico.

EPIDEMIA

Casos de dengue entram em queda no estado do RJ

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Estado do Rio de Janeiro confirmou a tendência de queda do número de casos de dengue. Segundo a Secretaria de Saúde, o panorama da doença mostra que cinco das nove regiões de saúde estão no nível mais baixo.

A secretária de Estado de Saúde, Claudia Mello, disse que "a dengue está recuando, mas ainda não podemos baixar a guarda. Ainda temos muitos casos e precisamos que a população continue alerta e se previna combatendo os focos de água parada em casa."

Para ela, "apesar de ser o primeiro degrau, ainda estamos em alerta. O número de casos continua acima da média para este período do ano. E nem todas as regiões estão na mesma situação", explicou.

O nível 1 indica que a quanti-

dade de casos supera em até cinco vezes o limite máximo esperado para uma determinada época, com base nos dados da última década.

CENÁRIO

Essa situação é observada nas regiões Metropolitana 1 e Baixada Litorânea, que estavam no nível 2, e da Baía de Ilha Grande, Centro Sul e Noroeste, que já apresentavam este patamar.

A região norte continua no nível 3, o mais alto da escala. Já a região serrana baixou de 3 para 2, mesmo patamar do Médio Paraíba. Enquanto a Metropolitana II subiu do nível 1 para o 2.

Até essa segunda-feira passada, houve 233.566 casos prováveis de dengue e 139 óbitos confirmados em todo o estado do Rio. A taxa de incidência acumulada está em 1.455 casos/100 mil habitantes.

UFRJ

Museu Nacional recebe doação de 1.104 peças

CRISTINA INDI DO BRASIL/ABRASIL

O acervo do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que está sendo reconstituído depois do incêndio de 2018, ganhou 1.104 peças doadas pelo grupo suíço-alemão Interpropekt, da família do colecionador Burkart Pohl. A doação foi feita por meio de uma parceria com o Instituto Inklusartiz, presidido pela artista cultural argentina radicada no Brasil Frances Reynolds e o Museu Nacional. Todas as peças já estão guardadas em instalações do espaço cultural.

Compradas em feiras internacionais, as peças são originárias da Bacia do Araripe, localizada entre os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, onde estão as formações Crato e Romualdo. Segundo o Museu Nacional, trata-se de duas unidades ricas em material paleontológico que datam, respectivamente, de 115 milhões e 110 milhões de anos. Frances Reynolds contou que Pohl, influenciado pelos pais, começou a colecionar fósseis ainda criança. "É um processo da vida inteira que ele está fazendo e tem também minerais que são incríveis", relatou, em entrevista coletiva ontem no prédio em recuperação do Museu Nacional.

"Muitas vezes, a gente tem que ter um bom olho para saber o que está dentro da pedra. Esses fósseis foram preparados por técnicos", destacou o colecionador.

Depois de atender a um chamado do diretor do museu, Alexander Kellner, Frances, que tem presença forte no cenário das artes plásticas do país e do mundo, assinou em 2022 um acordo de colaboração técnica entre o Inklusartiz e a Associação Amigos do Museu Nacional (SAMN). Desde lá, trabalha pela recuperação do acervo do histórico espaço cultural, que teve 85% das peças destruídas pelo fogo.

Foi assim que a argentina radicada no Brasil intermediou a doação para o Museu Nacional. O colecionador chegou à conclusão de que peças originárias do Brasil pertencentes ao seu extenso acervo deveriam ir para o Museu Nacional. "Tem que haver um estoque de fósseis do Brasil no museu mais importante do Brasil", comentou.

"A gente faz um apelo para que mais pessoas façam isso. O Museu Nacional pertence a todos e seria muito importante que a gente realmente se con-

centrasse na recuperação e recomposição das nossas coleções", disse o diretor do museu, já guardando uma nova doação da família Pohl. "Rezo todos os dias", completou sorrindo após a coletiva.

Alexander Kellner trabalha com a possibilidade de conseguir, por meio de doações, 10 mil peças para a reconstituição do acervo. Segundo ele, o museu já recebeu cerca de 2 mil.

"Já tivemos particulares doando desde peças arqueológicas até mesmo o pequeno quadro da Leopoldina, essa austríaca de nascença, mas brasileira de coração, é uma grande injustiça para quem entende um pouco de história e queira se aprofundar."

"Pretendemos nas nossas novas exposições já em 2026 trazer um pouco disso de volta. A história dessa grande brasileira, que foi absolutamente fundamental para a nossa independência e tudo ocorreu nesse palácio", disse se referindo ao prédio do Paço Imperial onde se localiza o museu, na Quinta da Boa Vista, zona norte do Rio.

O Frances Reynolds disse que é fã do trabalho realizado pelo Museu Nacional e defendeu a união de vários agentes para a recuperação do espaço cultural. "A única maneira de transformar isso é que todo mundo se some. Cada um que possa dar o que tem para compartilhar dinheiro, ideias, portas para abrir, caminho das pedras como se diz aqui no Brasil, mas muito, muito importante é que juntos nós formamos um país e juntos nós formamos o museu", disse.

COLEÇÕES DE FÓSSEIS

Burkart Pohl tem uma das mais representativas coleções privadas de fósseis do mundo. Por acreditar na importância dos museus de história natural, criou o Centro de Dinosaurios de Wyoming, nos Estados Unidos, e o Museu Paleontológico Sino-Alemão, em Liaoning, na China. Os dois fazem parte do grupo que desenvolve ainda projetos globais de escavações, exposições, educação e comércio relacionados à história natural.

Em um desses projetos, um grupo de seis paleontólogos e estudantes do Museu Nacional aceitou o convite de Pohl e em agosto de 2023 participou da primeira excursão de escavação conjunta no noroeste dos Estados Unidos. O local é conhecido como terras ricas em fósseis de dinossauros da Formação Hell Creek, nos estados de Wyoming e Montana.

GUERRA

Ucrânia diz ter frustrado plano da Rússia para matar Zelenski

O Serviço de Segurança Ucrainiano afirmou ter frustrado uma conspiração da Rússia para assassinar o presidente Volodymyr Zelenski atacando seu comboio com mísseis e drones. Segundo o serviço, foi a mais recente tentativa de Moscou de eliminar o líder ucraniano.

A agência, conhecida como SBU, afirmou ter detido dois altos funcionários do Departamento de Segurança do Estado ucraniano, responsável pela proteção do presidente. A SBU disse que os dois integram um grupo de cinco agentes que trabalhavam no complô sob a direção do Serviço Federal de Segurança da Rússia, o FSB. A agência disse que o grupo também planejava matar o presidente da SBU, o tenente-general Vasil Maliuk, e o principal oficial da inteligência militar do país, o tenente-general Kirilo Budanov.

Maliuk disse que o complô deveria ser um "presente" para o presidente russo, Vladimir Putin, antes de sua posse on-

tem, para o seu quinto mandato presidencial. Um porta-voz do Kremlin não respondeu imediatamente a um pedido de comentário.

A alegada conspiração surge num momento em que as forças ucranianas, em menor número e em armas, estão perdendo terreno no leste, enquanto aguardam desesperadamente novos carregamentos de armamento dos EUA. O Exército russo tomou várias aldeias nas últimas semanas na região oriental de Donetsk e está montando um ataque frontal à cidade de Chasiv Yar, que fica em um ponto alto da região.

A SBU disse que a trama envolveria uma série de ataques a veículos que transportavam Zelenski e outros alvos. Assim que os russos recebessem as coordenadas, eles enviariam um ataque com mísseis. Então, um dos homens que vigiava os alvos usaria um drone FPV para atacar qualquer pessoa viva no local da explosão. Os russos enviariam um segundo ataque com mísseis, no que é chamado de

ataque duplo, para encobrir a presença do drone e garantir que o assassinato fosse totalmente executado.

A agência de segurança ucraniana publicou mensagens de texto, fotos, uma entrevista com um dos homens detidos e um telefonema interceptado entre ele e o que chamou de seu manipulador do FSB como prova da conspiração. Na ligação, o suposto assessor do FSB disse ao homem que receberia pelo menos US\$ 50 mil pelo trabalho.

A agência não revelou os nomes dos ucranianos detidos. Informou apenas se tratar de coronéis do Departamento de Segurança do Estado.

O envolvimento de oficiais superiores na alegada conspiração realça o problema persistente de colaboradores e espies nos serviços de segurança da Ucrânia.

A SBU disse ter descoberto mais de 2 mil pessoas que cometeram traição desde o início da guerra. Segundo a agência, eles atuavam fornecendo a Moscou coordenadas para alvos milita-

res, além de tentar rastrear os movimentos de altos funcionários, incluindo o presidente.

Autoridades ucranianas disseram que a Rússia vem recrutando agentes em massa no país há décadas, incluindo nos serviços de segurança e inteligência, que há muito estão repletos de corrupção e simpatizantes de Moscou.

A luta contra as infiltrações russas é uma parte crítica do esforço de guerra da Ucrânia, à medida que a Rússia procura se manter a discórdia e oprimir a vontade de lutar do seu vizinho.

No início da guerra, em fevereiro de 2022, esperava-se que os agentes russos na Ucrânia facilitassem uma rápida operação que Moscou pensava que seria relâmpago. Muitos eventualmente fugiram ou foram capturados.

A última suposta conspiração é a mais recente no que as autoridades ucranianas disseram ser uma série de atentados contra a vida de Zelenski, o ex-comediante que se tornou o líder do esforço de guerra da Ucrânia.

EUA

Atriz Stormy Daniels depõe pela 1ª vez em julgamento de Trump

A atriz pornô Stormy Daniels, cujo relato de um encontro sexual com Donald Trump levou ao primeiro julgamento criminal de um presidente americano, fala pela primeira vez durante um depoimento no tribunal de Manhattan ontem. Em um testemunho que passou de duas horas, ela detalhou os encontros que teve com Trump em troca de aparecer em seu programa de televisão.

Daniels, que recebeu US\$ 130 mil (R\$ 454 mil) em 2016 do advogado pessoal de Trump em troca de seu silêncio, é a maior testemunha a depor até agora no caso. Seu depoimento traz à tona um escândalo que ameaçou descartar a candidatura de Trump e pairou sobre sua presidência, mudando o curso

da política americana. Esta é a primeira vez que Daniels relata sua versão estando na mesma sala que Trump desde que sua história se tornou pública seis anos atrás.

No seu depoimento, Daniels descreveu como Trump a conquistou com uma possível oferta de aparecer em seu programa televisivo, "O Aprendiz". Ela o descreveu como "pomposo" e "arrogante" - e também perguntou se ele era casado. Trump, sentado a apenas alguns metros do banco das testemunhas, manteve uma expressão carrancuda durante todo o tempo, e em certo ponto pareceu murmurar um palavrão.

A atriz, que disse ter tido relações sexuais com Trump em 2006, estava vendendo essa

história à imprensa uma década depois, nos últimos dias da campanha presidencial entre Trump e Hillary Clinton. Mas o advogado e conselheiro de longa data do ex-presidente, Michael Cohen, fez um acordo para enterrar a história antes do dia da eleição. O ex-presidente é acusado de falsificar registros comerciais para encobrir seus reembolsos ao advogado.

Daniels deu detalhes explícitos aos jurados sobre o encontro com Trump em um torneio de golfe em 2006 na área de Lake Tahoe, Nevada, o qual levou a um encontro sexual em sua suíte de hotel lá. Ela disse que viu Trump pela última vez durante vários encontros em 2007, quando ainda esperava aparecer em

seu programa. Trump nega ter tido relações sexuais com a atriz.

Pouco antes da corte para para um intervalo de almoço, ela falou sobre receber US\$ 130 mil pouco antes das eleições de 2016 para permanecer em silêncio sobre o encontro. Daniels disse que não foi motivada pelo dinheiro.

Ela contou que tinha uma boa saúde financeira quando decidiu autorizar sua gerente Gina Rodriguez a comercializar sua história com Trump durante o ciclo eleitoral presidencial de 2016. Daniels disse que não tinha intenção de abordar Cohen ou Trump para que comprassem sua história. "Minha motivação não era dinheiro, era divulgar a história", disse.

REINO UNIDO

Violação de folha expõe dados pessoais de milhares de militares

Os nomes e dados bancários de milhares de soldados, marinheiros e membros da força aérea britânica em serviço foram expostos numa violação de dados por um "ator maligno" que pode ter contado com ajuda estatal, disseram autoridades da defesa ontem.

O Ministério da Defesa dis-

se que a violação ocorreu em um sistema de folha de pagamento de terceiros que continha dados bancários de até 272 mil militares em serviço nas forças armadas e veteranos recentes. Em alguns casos, os endereços também podem ter sido expostos.

O secretário da Defesa, Grant

Shapps, disse que as autoridades "colocaram imediatamente o sistema offline" e lançaram uma investigação sobre a violação e possíveis falhas do contratante, SSCL, que se descreve como "o maior fornecedor de serviços críticos de apoio empresarial para o governo".

"Não podemos descartar o

envolvimento do Estado", disse Shapps aos legisladores da Câmara dos Comuns, embora tenha dito que o governo ainda não tinha provas para chegar a essa conclusão. Shapps não confirmou os rumores de que hackers chineses são suspeitos de realizar o ataque cibernético.

ARGENTINA

Protestos contra projetos de Milei bloqueiam acesso a Buenos Aires

Organizações sociais da Argentina bloquearam ontem o acesso a Buenos Aires e realizaram bloqueios em outras partes do país, em meio a uma série de protestos contra a política de ajuste e os projetos de reforma do presidente Javier Milei. Os movimentos culminaram em uma greve geral convocada pela maior central sindical do país.

O Polo Obrero e o Sindicato dos Trabalhadores e a Economia

Popular foram alguns dos grupos de esquerda que bloquearam as estradas que ligam a capital às cidades próximas diante da forte presença policial. Os manifestantes agitavam bandeiras e faixas com legendas contra o governo e gritavam que "o país não está à venda".

Os manifestantes exigem do governo de Milei mais alimentos para os refeitórios sociais que atendem famílias sem recursos

e que são administrados por organizações sociais. Quem se manifestava acabou sendo afastado pela polícia no âmbito do protocolo de segurança do governo que proíbe o bloqueio de vias públicas durante manifestações de rua.

Os protestos ocorrem poucos dias depois de o governo ter obtido na Câmara dos Deputados e graças ao apoio dos partidos aliados, a aprovação de dois pro-

jetos que contemplam reformas econômicas, estaduais e tributárias que desmantelariam regulamentações existentes há décadas. As iniciativas começaram a ser discutidas ontem pelas comissões do Senado, onde, assim como na Câmara, o partido governista está em desvantagem.

A Confederação Geral do Trabalho (CGT) organizou uma primeira greve nacional em 24 de janeiro, pouco mais de um mês depois de Milei ter tomado posse, contra um ambicioso pacote de iniciativas reformistas que não conseguia prosperar na altura. Algumas delas foram amenizadas com o apoio de setores aliados para que transitassem no Congresso.